

A ENTRADA DE NOVOS SUJEITOS EPISTÊMICOS NA UNIVERSIDADE E OS DESAFIOS DA VIVÊNCIA ACADÊMICA

Rafael Anuniação Oliveira
Universidade Federal da Bahia

Maria Beatriz Barreto do Carmo
Universidade Federal da Bahia

Resumo: A Universidade brasileira da década de 1920, traz em seus fundamentos uma tradição de conhecimento acadêmico que culmina em uma falsa ideologia de relação de horizontalidade entre os diferentes grupos sociais que, na prática, consoante com Da Silva (2017), contribui para reforçar a epistemologia branco-europeia e propagar a história dos indivíduos pertencentes às minorias subrepresentadas sob um olhar dos colonizadores. Nesse sentido, este trabalho propôs-se a discutir, a partir de uma revisão da literatura de caráter descritivo, sobre a entrada destes novos sujeitos epistêmicos na educação superior e os desafios atrelados aos quais estes indivíduos, antes invisibilizados ou desconsiderados como sujeitos de conhecimento, estão suscetíveis durante o período da vivência acadêmica. A partir dessa constatação e diante do descrito, discute-se a necessidade de promover a transdisciplinaridade e a transculturalidade como iniciativa para o decréscimo das taxas de evasão, a estabelecer diálogos e práticas articulatórias com saberes socioculturais excluídos dos mapas das epistemes como uma iniciativa para possíveis intervenções que possam embasar e contribuir para ações de bem-estar, enfrentamento do adoecimento psíquico dos estudantes e na eficácia do estímulo de vivências mais saudáveis, humanas e solidárias no ambiente acadêmico.

Palavras-chave: Educação Superior. Sujeitos Epistêmicos. Vivência Acadêmica.

Introdução

Em um país como o Brasil, composto por uma sociedade heterogênea e com muitas desigualdades sociais, o tema da diversidade na educação assume relevância por trazer novos sujeitos epistêmicos - com diferentes culturas, linguagens e hábitos - para o cenário das instituições de ensino superior que permanecem em construção contínua por sua complexidade e particularidade (FLEURY, 2000).

Dessa maneira, consoante com Charles; Verge (1996), a história das Universidades, suas transformações, suas características ao longo do tempo têm sido, com persistência cada vez maior, objeto de estudos e análises que têm contribuído para a compreensão do papel social que ela tem desempenhado desde as suas origens até a nossa época.

Nesse sentido, as mudanças ocorridas no século XX marcaram grandes transformações culturais, sociais, econômicas e tecnológicas, influenciando nos hábitos, costumes, valores, crenças e principalmente no comportamento dos indivíduos e impactando na reestruturação do ensino superior. Sendo assim, a noção de sujeitos epistêmicos surge inicialmente no bojo das lutas pelas cotas para negros, indígenas, comunidade LGBTQPIA+, povos de comunidades tradicionais e pessoas com deficiência nas universidades brasileiras, e faz parte das estratégias em ações afirmativas como uma provocação ética, intelectual e política (BRUNO, 2019).

Embora as políticas públicas de ações afirmativas para ingresso no ensino superior tenham se desenvolvido e sofrido alterações nos últimos anos, e apesar da proliferação do multiculturalismo na contemporaneidade do século XXI, ainda hoje, dialogar sobre a diversidade nos variados níveis de ensino tem sido um desafio para a sociedade brasileira como um todo, a nível de compreensão, de manejo e até mesmo por falta de recursos e alinhamento das características pessoais dos indivíduos, seus valores e sua forma de interagir que, conseqüentemente, são transportados para o contexto dos conceitos da vivência acadêmica (MOEHLECKE, 2002; HAAS; LINHARES, 2012).

Isto posto, a vivência acadêmica é um termo que tem-se empregado na literatura de Psicologia aplicada ao ensino superior. Usualmente refere-se a um conjunto geral de aspectos de experiências universitárias, os quais se refletem no desempenho e sucesso dos alunos. Ao utilizar este termo, autores procuram extrapolar a tradicional perspectiva intrapsíquica e contemplar também características dos contextos universitários, ou seja, fatores externos ao indivíduo (ANDRADE *et al.*, 2016).

Portanto, de acordo com Gomes (2012), os debates e as indagações sobre a diversidade epistemológica que ocorrem no mundo possuem também repercussões e tensionamentos nos campos da teoria e práxis pedagógica dentro e fora do ambiente universitário, a exigir mudanças de representação, de práticas, conceitos e de questionamentos dos lugares de poder.

Logo, o ingresso destes novos sujeitos epistêmicos no ensino superior funciona como uma estratégia que visa uma dupla entrada e permanência nas Universidades: a dos jovens negros, indígenas, ciganos, quilombolas, pessoas com deficiência, comunidade LGBTQPIA+; e a de suas referências linguísticas, culturais, epistêmicas, da materialidade de seus corpos e da multiplicidade de suas relações com a vivência acadêmica e com o mundo (BERNADINO-COSTA; MALDONADO-TORRES; GROSSFOGUEL; CARVALHO, 2018).

O presente trabalho, realizado a partir de uma revisão da literatura, além de discutir o ingresso destes novos sujeitos no ensino superior, tem como objetivo promover reflexão introdutória acerca do papel das Universidades brasileiras e sua respectiva intervenção durante a vivência acadêmica destes indivíduos, aliada aos fundamentos do gerenciamento da diversidade cultural, dos impactos da implantação das políticas e de programas relacionados à heterogeneidade nas instituições de ensino e a maneira de interpretar as ações das mesmas na apresentação dos seus resultados frente às taxas de evasão.

Metodologia

O método do presente estudo é proveniente de pesquisas bibliográficas de caráter descritivo, em que utilizaram-se documentos científicos de domínio público produzidos no âmbito das universidades e dos centros de pesquisa. De acordo com Rother (2007), tal método constitui da análise da literatura científica, na interpretação e análise crítica do autor, o que possibilita contribuir no debate de determinadas temáticas, a suscitar questões e a colaboração na aquisição e atualização do conhecimento em curto espaço de tempo.

Na construção do mesmo, para o levantamento e critério de seleção de artigos brasileiros de Psicologia a focalizar o tema do ingresso na universidade, sujeitos epistêmicos e vivência acadêmica, recorreu-se aos portais e às bases eletrônicas de dados SciELO e BVS-Psi que abrangem uma coleção selecionada de periódicos científicos. Optou-se por bases eletrônicas pelo fato de possibilitarem acesso a trabalhos recentes sobre o tema.

A busca de artigos científicos foi subdividido em duas partes: na primeira a busca se deu numa plataforma pluridisciplinar e na segunda numa plataforma restrita à área de Psicologia.

Como a área da educação superior é um campo essencialmente interdisciplinar, que conta com a participação de várias áreas do conhecimento e profissionais diferentes, o levantamento de artigos foi inicialmente realizado em uma plataforma pluridisciplinar (SciELO).

A plataforma SciELO é uma biblioteca eletrônica que abrange uma coleção de periódicos científicos e disponibiliza, gratuitamente, os textos completos de artigos de inúmeras revistas científicas. Dentro das suas ferramentas de busca, é possível selecionar uma pesquisa restrita ao SciELO Brasil, que está vinculada somente a periódicos brasileiros.

Por outro lado, considerando que a Psicologia tem assumido um papel de extrema relevância e representatividade dentro das políticas e das ações em saúde mental durante a

vivência nas instituições de ensino superior (BISINOTO; MARINHO-ARAÚJO; ALMEIDA, 2011; HANN; FERRAZ; GIGLIO, 1999) e que este trabalho tem no seu referencial o olhar da Psicologia, foi escolhida outra plataforma cujo recorte é exclusivo da área de Psicologia (BVS-Psi).

Isso possibilita observar como a psicologia brasileira tem tratado a temática da vivência acadêmica em contexto da educação superior e nas suas produções acadêmicas. A BVS-Psi divulga trabalhos de inúmeras bases bibliográficas, como Index Psi técnico-científicas, Index Psi divulgação científica, PePsic e Lilacs.

Em ambas as bases de dados, além de identificar os artigos, é possível ter acesso aos textos completos por meio de um índice de autor e um índice de assuntos, ou por meio de um formulário de pesquisa de artigos, contendo autor, palavras do título, assunto, palavras do texto e ano de publicação. Dessa forma, todos os textos puderam ser acessados e lidos.

Para realização da busca de artigos, foi definido como recorte temporal o período de 2010 até 2020, a pesquisar nas bases, em qualquer parte dos artigos (resumo, corpo do texto, palavras-chave), os seguintes descritores: “educação superior”, “sujeitos epistêmicos”, “vivência acadêmica”. Ao todo foram encontrados 44 artigos. Para refinamento e composição de uma amostra final de artigos, objeto de revisão sistemática, utilizou-se como critério de inclusão os trabalhos publicados em periódicos nacionais sobre as relações entre o ingresso de sujeitos epistêmicos nas instituições de ensino superior e os desafios da vivência acadêmica.

A amostra final foi composta de 20 artigos que foram lidos integralmente, registrados, classificados em protocolos contendo as seguintes informações: título do artigo; periódico; filiação dos autores; identificação das principais áreas, temas de investigação, referenciais teóricos e ano de publicação; desenho do estudo; região onde se concentram os pesquisadores e a quantidade de estudos; natureza da investigação (qualitativa, quantitativa, teórica). Por fim, estes materiais e artigos selecionados foram categorizados em dois grupos: “Universidade e os Desafios Políticos-Contemporâneos em Tornar-se Estudante no Brasil” e “Universidade e Diversidade: o ingresso de novos sujeitos epistêmicos e a vivência acadêmica no ensino superior”.

A pesquisa fundamenta-se com estudiosos sobre o referido tema, destacam-se: Almeida Filho (2007), Andrade (2016), Carvalho (2019), Coulon (2008), Da Silva (2017), Gomes (2012), Santos (2007), Santos; Menezes (2010) e Silva (2020).

Universidade e os Desafios Políticos-Contemporâneos em Tornar-se Estudante no Brasil

A Universidade é compreendida por Sampaio e Freitas (2010) como um lugar privilegiado, no qual pode-se sistematizar e propagar o conhecimento já produzido e acumulado e ao mesmo tempo, a partir desses conhecimentos ou não, produzir novos saberes. De acordo com os autores, os desafios da vivência acadêmica e a tarefa da Universidade na contemporaneidade são instigantes, uma vez que o estudante necessita considerar na sua forma de existir e agir as questões epistemológicas e as preocupações com a formação profissional e ética.

Observa-se em Souza (2011), a ideia da Universidade construída a partir de marcos civilizatórios e organizada para propor uma disputa epistemológica, social e material na vida das pessoas e de suas famílias. Dessa maneira, tratar de vivência acadêmica neste contexto requer a observação das variáveis de classe, raça, gênero e território. É perceber a Universidade não como uma instituição apenas, mas como corpo político incluso numa realidade social-geográfica-racial.

As composições econômicas, culturais e políticas do final do século XX foram capazes de desencadear mudanças no contexto educacional as quais expandiram as fronteiras do Brasil. Incluídos aos avanços científicos e tecnológicos, promoveram a expansão do Ensino Superior (ES) no âmbito mundial. No Brasil, ampliaram-se os requisitos para que as universidades públicas pudessem alavancar o seu quantitativo de vagas com fins de diminuir a desigualdade de oportunidades, com procedimentos de inclusão, como a Lei de Cotas nº 8213/1991 (ALMEIDA *et al.*, 2012).

Dessa forma, através da concessão das bolsas por meio do Programa Universidade Para Todos (PROUNI), do Financiamento Estudantil (FIES), do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação, com a Expansão das Universidades Federais (REUNI) no ano de 2006, e as políticas de cotas para reservas de vaga nas Universidades públicas para alunos da escola pública, pretos e pardos, quilombolas, povos ciganos, indígenas, pessoas com deficiência, comunidade LGBTQPIA+, entre outros grupos, as Universidades ampliaram o número de vagas, o que favoreceu o ingresso de alunos que antes não conseguiriam iniciar um curso superior (RIBEIRO; GUZZO, 2017).

No âmbito do acesso a Universidade, a expansão do ensino superior está ainda em processo de democratização, de forma que a massificação continua a fazer do acesso uma meritocracia ao invés de direito. Critérios raciais e socioeconômicos assumem papel importante em relação às políticas de ação afirmativas para democratizar o ensino superior (SALATA, 2018). Em relação à extensão, esta abrange prestação de serviços como motores

do desenvolvimento social, econômico e cultural. Deste modo, a abarcar grupos sociais populares e suas organizações; movimentos sociais; comunidades locais ou regionais; governos locais; o setor público e o setor privado (SANTOS JÚNIOR, 2013).

Nesse sentido, neste processo ainda vigente de democratização do acesso ao ensino superior, novos desafios começam a surgir, como a necessidade de mudanças estratégicas tanto na estrutura física quanto nas ações pedagógicas. Sob esta perspectiva, Almeida e colaboradores (2012), referem-se que o aumento das oportunidades no ingresso ao curso superior ampliou os desafios e dilemas a serem enfrentados pelos discentes e também pelas próprias instituições.

Ao mesmo tempo, assinala-se que o contexto da educação superior deve suprir as necessidades dessa nova clientela, implementando ações práticas e estratégicas de inserção do alunado e no desenvolvimento da articulação do tripé ensino, pesquisa e extensão para a produção do conhecimento (ALMEIDA, 2007; ALMEIDA; SOARES; FERREIRA, 2002; GRANADO *et al.*, 2005).

O ingresso na Universidade representa uma conquista e uma experiência repleta de desafios, pelas quais as características individuais exercem um efeito significativo nas vivências e na aprendizagem do estudante universitário. Para tanto, exige do aluno o uso de distintas estratégias no enfrentamento das situações do contexto universitário, para garantir a adaptação e o sucesso acadêmico (PORTO *et al.*, 2008).

Dessa maneira, tornar-se estudante implica o sujeito em um aprendizado constante dos códigos que organizam o espaço universitário, tanto em termos de instituição quanto de relação; em responsabilização frente à suas demandas; e em uma assunção de protagonismo (COULON, 2008).

Para além de todas as mudanças inerentes ao próprio processo de tornar-se estudante, à vida universitária destes novos sujeitos epistêmicos (estudantes pobres, negros/as, LGBTQPIA+, ciganos, dentre outras populações com pouco poder político), acrescentam-se “constrangimentos culturais, econômicos, pedagógicos e psicológicos produzidos no interior da Universidade” (SOUSA; PORTES, 2011, p. 520).

Não seria um equívoco, portanto, apreender dessas mudanças a nível exploratório, no que diz respeito aos mecanismos de acesso, e suas evidentes contradições: embora as Universidades públicas tenham passado a adotar a política de cotas como forma de inclusão dos grupos historicamente excluídos, consequência das pautas históricas dos movimentos negro e indígena, percebe-se que um fenômeno ocorre em países pluriétnicos como o Brasil,

“quando estudantes de grupos minoritários (étnicos ou outros) entram na Universidade e verificam que sua inclusão é uma forma de exclusão: confrontam-se com a tábua rasa que é feita das suas culturas e dos conhecimentos próprios das comunidades donde se sentem originários” (SANTOS, 2011. p. 43).

Universidade e Diversidade: o ingresso de novos sujeitos epistêmicos e a vivência acadêmica no ensino superior

No Brasil, embora o número de vagas no ensino superior não seja suficiente para toda a população jovem com idade para nele ingressar (entre 18 e 25 anos), há um crescimento da população universitária que tem abarcado progressivamente camadas sociais mais heterogêneas (IGUE; BARIANI; MILANESI, 2008; POLYDORO, 2000). Embora tenham estudos sobre o assunto que assinalam serem do século passado, o tema dos sujeitos epistêmicos nas Universidades ainda é pouco explorado no Brasil. Ademais, existem divergências sobre o conceito de cotas epistêmicas, paradigmas, metodologias, diversidade e o que é possuir uma gestão das mesmas como uma ferramenta de política pública de ação afirmativa universitária.

Um conflito comum é considerar o termo diversidade referente apenas a questões ligadas às pessoas com necessidades específicas ou de orientação sexual. Todavia, diversidade engloba a percepção das diferenças entre as pessoas e envolve raça, etnia, gênero, idade, habilidades físicas e mentais, orientação sexual, religião, peso e aparência. Também entram nessa lista os atributos que definem a identidade e a forma de interagir e se relacionar das pessoas, ou seja, quando falamos de diversidade, estamos nos referindo a um conjunto de características de um grupo social e que o distingue de outros (DIAS, 2017).

Segundo Abramowicz (2006, p. 12), diversidade pode significar variedade, diferença e multiplicidade. A diferença é qualidade do que é diferente; o que distingue uma coisa de outra, a falta de igualdade ou de semelhança. Sendo assim, afirma-se que onde há diversidade existe diferença. Consoante com Costa (2008), a diferença não é uma marca do sujeito, mas sim uma marca que o constitui socialmente, e se estabelece como uma forma de exclusão, dessa forma ser diferente na educação ainda significa ser excluído nas instâncias sociais.

Já a epistemologia constitui uma teoria geral do conhecimento. Ela investiga padrões utilizados para analisar o conhecimento ou o porquê e/ou o como consideramos algo como verdadeiro. Longe de ser um estudo apolítico da verdade, a epistemologia atenta parar a

maneira com que as relações de poder estabelecem quem é considerado confiável e de que maneira o é (COLLINS, 2019).

De acordo com Guattari (2004), do ponto de vista dos saberes minoritários, as epistemologias majoritárias podem ser pensadas como uma máquina do poder instalado na experiência do pensamento que separa os saberes que importam daqueles que não importam segundo determinados conjuntos de valores.

Diferenciar epistemologias, paradigmas e metodologias pode ser útil para entender o significado de epistemologias divergentes e sujeitos epistêmicos. Em contraste com epistemologias, paradigmas abrangem abordagens interpretativas como a interseccionalidade, que são utilizadas para explicar fenômenos sociais. Metodologia refere-se aos princípios amplos de como conduzir uma pesquisa e como aplicar os paradigmas interpretativos. O nível epistemológico é importante porque determina quais questões são dignas de serem investigadas, quais abordagens interpretativas serão utilizadas para analisar evidências e qual será a finalidade do conhecimento daí derivado (COLLINS, 2019).

Apesar de sua importância fundamental, as cotas restritas à reserva de vagas podem passar a mensagem de que agora, finalmente, esses corpos estrangeiros terão a oportunidade de aprender o saber que importa. Desvincular a luta pelas cotas da luta pelas cotas epistêmicas reafirma o paradigma da pretensa superioridade de um conjunto de saberes (VEIGA; BASTHI; JULIE; MOURA, 2018; SILVA, 2020).

As cotas epistêmicas são ações afirmativas que nos orientam no sentido de nos desvincularmos do mandato institucional de reproduzir a violência epistêmica fundadora das instituições de ensino no Brasil (CARVALHO; KIDOIALE; CARVALHO; COSTA, 2020).

Por isso, como afirma Santos (2007), o conhecimento científico não se encontra distribuído de forma justa, uma vez que a conversão promovida pelo colonialismo produziu, de um lado, sujeitos do conhecimento e, do outro lado, objetos do conhecimento.

Isto posto, ao abordar a temática, o acesso destes novos sujeitos epistêmicos desafiam a comunidade acadêmica na defesa de uma Universidade transepistêmica ao acolher e transitar pela heterogeneidade de horizontes de conhecimentos: indígenas, africanos, afro-brasileiros, transviados, lésbicos, travestis, dos corpos protéticos, das culturas populares e dos demais grupos minoritários (tradicionais ou não) que convivem dentro e fora dos campi universitários (RODRIGUES; SOARES; CAETANO, 2020).

Considerações Finais

Através deste trabalho nota-se que a diversidade no ensino superior ainda é considerada um conceito em construção e um fenômeno social complexo. Portanto, a consolidação da sua compreensão ainda exige muitas pesquisas e cuidadoso trabalho de fundamentação em face do caráter multidisciplinar que o tema encerra.

Com base nas discussões realizadas anteriormente, denota-se que as constituições das dificuldades estruturais atreladas ao contexto econômico, cultural, social e político, constituem-se como mecanismos fundamentais para se pensar a Universidade atrelada às relações com os movimentos sociais e os impactos na sociedade.

Por certo, Gomes (2006) quando trata da incidência das ações afirmativas na Universidade aponta a importância de alinhar as relações entre sociedade e Universidade, a partir das lutas dos Movimentos Sociais.

A investigação das epistemologias insurgentes de grupos minoritários requer mais inventividade do que análise dos pontos de vista do pensamento de grupos dominantes. Isso porque os grupos minoritários há tempos tiveram que recorrer às formas alternativas para criar autodefinições e para estabelecer seus valores independentes, rearticulando-os por meio de nossas próprias referências (COLLINS, 2019).

Carvalho (2019) afirma que não basta a inserção de estudantes negros e indígenas nas Universidades, é urgente a inserção destes sujeitos do conhecimento ocupando posições na docência do ensino superior, ainda que, a princípio, como convidados, garantindo que saberes contra hegemônicos produzidos por estes grupos sejam acessados pelos discentes cotistas sob o manto da legitimidade científica e acadêmica, em geral só desfrutada pelo cânone eurocêntrico.

Assim como outras articulações, a Universidade como nos ensina Heringer (2014), a condução social da Universidade perpassa pelo entendimento de que as Instituições de Ensino Superior são frutos de desenhos sociais e históricos elaborados por atores que não necessariamente estão dentro delas.

Dessa maneira, entende-se que é preciso que a Academia cumpra com o seu papel de efetivação das políticas e projetos pedagógicos para esse público a partir de uma ótica multisetorial e através de um segmento que encare uma cultura institucional que apoie os valores da diversidade e os integre em seus sistemas e práticas, a lembrar sempre que o indivíduo é um ser social, complexo e suas relações com o ambiente em que encontra-se são sistêmicas.

Portanto, faz-se necessário o estabelecimento de ações preventivas pautadas, à luz dos achados, por perspectivas de pluriversalidade, transdisciplinaridade, transculturalidade e intervenções que direcionem para um ambiente acadêmico de cunho inclusivo e de construção coletiva, com relações menos hierarquizadas e mais fluidas, que enfoquem condutas para que a instituição de ensino superior, aliada aos discentes, adaptem-se às normas em concordância e gere benefícios para o conceito de modelo de educação democrática, inclusiva e social proposta por Freire (2018).

Referências

- ABRAMOWICZ, A. **Trabalhando a diferença na educação infantil**. Editora Moderna. São Paulo. 2006.
- ALMEIDA FILHO, N. **Universidade Nova: textos críticos e esperançosos**. Brasília, Distrito Federal: Editora Universidade de Brasília; Salvador: EDUFBA. 2007.
- ALMEIDA, L. *et. al.* Democratização do acesso e do sucesso no ensino superior: uma reflexão a partir das realidades de Portugal e do Brasil. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, 17, 3, 899-920. 2012.
- ALMEIDA, L. S., SOARES, A. P., FERREIRA, J. A. G. Adaptação, rendimento e desenvolvimento dos estudantes no ensino superior: Construção/validação do Questionário de Vivências Acadêmicas. **Methodus: Revista Científica e Cultural**, 3, 5, 03-20. 2002.
- BERNADINO-COSTA, J.; MALDONADO-TORRES, N.; GROSSFOGUEL, R.; CARVALHO, J. J. Encontro de Saberes e Descolonização: Para uma refundação étnica, racial e epistêmica das universidades brasileiras. In: BERNARDINO-COSTA; MALDONADO-TORRES; GROSSFOGUEL (Orgs.) **Decolonialidade e pensamento afro-diaspórico**. 1 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 79-106, 2018.
- BISINOTO, C.; MARINHO-ARAÚJO, C. M.; ALMEIDA, L. A atuação da psicologia escolar na educação superior: algumas reflexões. **Revista Portuguesa de Pedagogia**, 45, 1, 39-55. 2011.
- BISINOTO, C.; MARINHO-ARAÚJO, C. M. Psicologia escolar na educação superior: atuação no distrito federal. **Psicol. estud.**, Maringá, 16, 1, 111-122. 2011.
- BRUNO, J. S. Racismo epistêmico, tensionamentos e desafios à Universidade. **Revista Nós: cultura, estética e linguagens**, 4, 2, 35-61. 2019.
- CASTRO, E. V. Entrevista com Eduardo Viveiros de Castro. Por Cleber Lambert e Larissa Barcellos. **Primeiros Estudos**, São Paulo, 2, 251-267. 2012.
- COLLINS, P. H. **Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. Tradução de Jamille Pinheiro Dias. São Paulo: Boitempo. 2019.

CARVALHO, J. J.; KIDOIALE, M.; CARVALHO, E. N.; COSTA, S. L. Sofrimento psíquico na universidade, psicossociologia e Encontro de saberes. **Soc. estado**, Brasília, 35, 1, 135-162. 2020.

COSTA, M. V. Currículo e pedagogia em tempo de proliferação da diferença: In **Trajatórias e processos de ensinar e aprender: sujeitos, currículos e culturas** – XIV ENDIPE. Editora Edipucrs. Porto Alegre – RS. 2008.

COULON, A. **A Condição de Estudante: a entrada na vida universitária**. Salvador, Edufba. 2008.

DIAS, L. O. **Pluralidade e Interseccionalidade de Saberes: ações de combate ao racismo epistêmico na pós-graduação stricto sensu no Brasil**. XVI Congresso Internacional FoMerco. Integração Regional em Tempos de Crise: desafios políticos e dilemas teóricos. Universidade Federal da Bahia. 2017.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido: o manuscrito**. São Paulo: Ed. Uninove; Ed. L; BT Acadêmica. 2018.

GOMES, N. L. Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos. **Currículo sem Fronteiras**, 12, 1, 98-109. 2012.

GOMES, N. L. **Tempos de lutas: as ações afirmativas no contexto brasileiro**. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. 2006.

GUATTARI, F. **Psicanálise e transversalidade: ensaios sobre Análise Institucional**. Tradução de Aparecida. São Paulo: Ideia & Letras. 2004.

HAAS, C. M.; LINHARES, M. Políticas públicas de ações afirmativas para ingresso na educação superior se justificam no Brasil?. **Rev. Bras. Estud. Pedagog.**, Brasília, 93, 235, 836-863. 2012.

HAHN, M. S.; FERRAZ, M. P. T.; GIGLIO, J. S. A Saúde Mental do Estudante Universitário: Sua história ao longo do século XX. **Rev. bras. educ. med.**, Brasília, 23, 2-3, 81-89. 1999.

HERINGER, R. Um Balanço de 10 Anos de Políticas de Ação Afirmativa no Brasil. **Tomo: Revista do Programa de Pós-Graduação e Pesquisa em Sociologia**. Programa de Pós-Graduação e Pesquisa em Sociologia, Universidade Federal de Sergipe, 24. 2014.

IGUE, É. A.; BARIANI, I. C. D.; MILANESI, P. V. B. Vivência acadêmica e expectativas de universitários ingressantes e concluintes. **Psico-USF**, 13, 2, 155-164. 2008.

MOEHLECKE, S. Ação afirmativa: história e debates no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, 117, 197-217. 2002.

POLYDORO, S. A. J. **O trancamento de matrícula na trajetória acadêmica do universitário: condições de saída e de retorno à instituição.** Tese de Doutorado. Campinas: UNICAMP-Faculdade de Educação. 2000.

RIBEIRO, F., M.; GUZZO R., S., L. Consciência de estudantes prounistas sobre sua inserção no ensino superior. **Psicologia: Ciência e Profissão.** 37, 2, 418-431. 2017.

RODRIGUES, A.; SOARES, M. C. S.; CAETANO, M. **Queer(i)zando currículos e educação: narrativas do encontro.** Salvador: Editora Devires. 2020.

ROTHER, E. T. Revisão sistemática X revisão narrativa. **Acta paul. enferm.,** São Paulo, 20, 2, 5-6. 2007.

SALATA, A. Distribuição de renda no Brasil entre 2002 e 2013: redução das desigualdades entre classes? **Latin American Research Review,** 53 (1): 76-95. 2018.

SAMPAIO, J. H.; FREITAS, M. H. Indissociabilidade entre Pesquisa e Extensão. In: **Educação Superior: princípios, finalidades e formação continuada de professores.** Brasília: Universa/Liber livros. 2010.

SANTOS JÚNIOR, E. **Ambiente escolar: um estudo sobre a dimensão subjetiva.** Dissertação (Mestrado em Psicologia). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo. 2013.

SANTOS, B. S. **A universidade do século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade.** São Paulo: Cortez. 2011.

SANTOS, B. S. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Novos estudos - CEBRAP,** São Paulo, 79, 71-94. 2007.

SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. **Epistemologias do Sul.** 1ª Edição – São Paulo: Cortez. 2010

SILVA, R. B. N. S. **Ailton Krenak na política de cotas sociais e epistêmicas do Diversitas/FFLCH-USP.** Histórias, Memórias e Projetos para o Ensino de História no Brasil. XI Encontro Nacional Perspectivas do Ensino de História. 2020.

SOUSA, A. M. C.. Gestão acadêmica atual. IN: COLOMBO, S. S.; RODRIGUES, G. M. **Desafios da gestão universitária contemporânea.** Porto Alegre: Artmed. 2011.

SOUSA, L. P.; PORTES, É. A. As propostas de políticas/ações afirmativas das universidades públicas e as políticas/ações de permanência nos ordenamentos legais. **Revista brasileira de estudos pedagógicos,** 92, 232. 2011.

SOUZA, M. Discriminação e sofrimento psíquico de graduandos da universidade federal de Santa Catarina. **Rev. Bras. Epidemiol.,** 18, 3, São Paulo. 2015.

VEIGA, P.; BASTHI, Angélica; JULIE, R.; MOURA, A. Do racismo epistêmico às cotas raciais: A demanda por abertura na universidade. **Revista ECO-Pós**, 21, 3. 2018.

SOBRE O(A/S) AUTOR(A/S)

Rafael Anuniação Oliveira

Psicólogo (CRP-03/22720); Mestrando no Programa de Pós-graduação em Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade; Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos; Universidade Federal da Bahia. E-mail: rafaelolian.psi@gmail.com.

Maria Beatriz Barreto do Carmo

Psicóloga (CRP-03/12305); Docente Permanente no Programa de Pós-graduação em Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade; Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos; Universidade Federal da Bahia; Doutorado em Ciências pela Universidade de São Paulo. E-mail: mariabeatrizbc@gmail.com.